



OS MODELOS DE PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR: DESAFIOS RELACIONADOS AOS ODS/ONU

Rebeka Carvalho Macêdo ¹
Iara Rafaela Gomes ²

RESUMO

Um dos maiores desafios relacionados a alimentação no Brasil associa-se ao crescimento populacional e a garantia do abastecimento alimentar para essa população, sobretudo, residente nas suas metrópoles. Nesse contexto, o objetivo desta proposta foi apresentar a importância dos modelos alternativos de produção agrícola ao abastecimento alimentar como contraponto ao atual modelo hegemônico, elencando pontos relacionados aos caminhos para se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e melhorar à Segurança Alimentar e Nutricional - SAN nas metrópoles brasileiras. Tratou-se de uma pesquisa quali-quantitativa e consistiu, basicamente, em um levantamento de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e uma revisão de literatura por meio de um levantamento de artigos em base de dados das plataformas *Scielo* e *Google Acadêmico* sobre os descritores “Abastecimento Alimentar”, “Produção de Alimentos”, “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. Como principais resultados deste trabalho temos: i) a confirmação da necessidade de fortalecimentos dos modelos alternativos de produção agrícola e abastecimento alimentar; ii) a importância da inclusão de políticas públicas nas metrópoles brasileiras voltadas para o cumprimento da Agenda 2030. O artigo está organizado em três seções: na primeira, refletimos sobre os modelos hegemônico e alternativos da produção e abastecimento alimentar; na segunda apresentamos como compreendemos a relação desses modelos com os principais desafios dos objetivos de desenvolvimento sustentável; e, por fim, temos as considerações finais, ratificando o fortalecimento dos modelos alternativos para alcançar os ODS.

Palavras-chave: Abastecimento Alimentar, Produção de Alimentos, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

One of the greatest challenges related to food in Brazil is associated with population growth and the guarantee of food supply for this population, especially living in its metropolises. In this context, the objective of this proposal was to present the importance of alternative models of agricultural production to food supply as a counterpoint to the current hegemonic model, listing points related to the paths to achieve the Sustainable Development Goals - SDD s and improve food and nutritional security - SAN in Brazilian metropolises. It was a quali-quantitative research and consisted basically of data collection of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and a literature review through a survey of articles in the database of the Scielo and Google Scholar platforms on the descriptors "Food Supply", "Food Production", "Sustainable Development Goals". As main results of this work we have: i) the confirmation of the need to strengthen the alternative models of agricultural production and food supply; ii) the importance of including public policies in Brazilian metropolises aimed at meeting the 2030 Agenda. Thus, we organized the text into three sections: in the first, we reflect on the

¹ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal - UFC, rebekacarvalhomacedo@gmail.com;

² Doutora pelo Curso de Geografia da Universidade Federal - UFC, iara.gomes@ufc.br



hegemonic and alternative models of food production and supply; in the second we present our way of relating these models to the main challenges of sustainable development goals; and finally, we have the final considerations, ratifying the strengthening of alternative models to achieve the SDGs.

Keywords: Food Supply, Food Production, Sustainable Development Goals.

INTRODUÇÃO

Garantir o abastecimento alimentar para crescente população, sobretudo, residente nas suas metrópoles é um dos maiores desafios relacionados à alimentação no Brasil e no mundo. Pesquisas realizadas por Silva Filho e Gomes Júnior (2020), Porto e Grisa (2020) e Proença et al. (2021) apontam que o Brasil vivencia uma crise relacionada aos modelos hegemônicos de produção e abastecimento alimentar que foi ampliada pelo colapso sanitário a partir do avanço da pandemia de Covid - 19.

Neste sentido, é fundamental compreender como os modelos de produção e abastecimento dominantes interferem no consumo das cidades e, do mesmo modo, consideramos bastante significativo refletir sobre tais modelos e como as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS adotados, em setembro de 2015, como uma agenda mundial durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável pode conduzir a sua possível redefinição. Entender esta relação amplia a possibilidade de contribuirmos com o estabelecimento de ações somente realizadas por meio da conexão entre a produção agrícola, o abastecimento alimentar, a segurança alimentar urbana e o consumo e hábitos alimentares dos cidadãos.

A produção de alimentos e o abastecimento alimentar atuais, de maneira ampla, são segmentos que têm se estabelecido inseridos na lógica dos atuais sistemas agroalimentares e ambos reforçam o modelo hegemônico alicerçado pelo agronegócio, pautado na produção de alimentos do tipo *commodities* para exportação. Na contramão deste cenário temos os modelos alternativos de produção e abastecimento alimentar pautados na agricultura familiar, na agroecologia e permacultura, nos quais em grande parte o destino da produção é o abastecimento e consumo nacional (CONSEA, 2010).

Diante desse contexto, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) montou uma plataforma de ação que foi aprovada no ano de 2015, contando com dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com propósito de apresentar o comprometimento dos países em cumprimento da Agenda de 2030. Esses objetivos



apresentam 169 metas com objetivos de erradicar a pobreza, a fome, assim como incrementar a agricultura sustentável com vistas a alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição. Também é seu foco pensar as cidades e comunidades de maneira mais sustentável desde a produção ao consumo estabelecidos de maneira responsável (CEPAL, 2018).

Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi apresentar a importância dos modelos alternativos da produção agrícola ao abastecimento alimentar como propostas que contrapõe o atual modelo hegemônico, elencando pontos relacionados aos caminhos para se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e melhorar a Segurança Alimentar e Nutricional - SAN nas metrópoles brasileiras. Diante do exposto, surge o seguinte questionamento: Como os modelos de produção e de abastecimento alimentar alternativos para metrópoles brasileiras podem favorecer a SAN e colaboram para alcançar os ODS?

Como parte integrante de uma pesquisa mais ampla, apresentamos neste artigo um recorte com nossa reflexão sobre os modelos hegemônicos e alternativos de produção agrícola e abastecimento alimentar, entendendo-os como propostas que se contrapõem. Nossa hipótese é a seguinte: a partir dos modelos de produção alternativos podemos alcançar de maneira mais eficiente os ODS e melhorar a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, inclusive e em especial, nas metrópoles brasileiras.

Sendo assim, organizamos o texto em três seções: na primeira, refletimos sobre os modelos hegemônico e alternativos da produção e abastecimento alimentar; na segunda apresentamos como compreendemos a relação desses modelos com os principais desafios dos objetivos de desenvolvimento sustentável; e, por fim, temos as considerações finais, ratificando o fortalecimento dos modelos alternativos para alcançar os ODS.

Essa é uma pesquisa quali-quantitativa e consiste em uma revisão de literatura utilizando o levantamento de artigo das bases de dados das plataformas *Scielo* e *Google Acadêmico* sobre os descritores “Abastecimento Alimentar”, “Produção de Alimentos”, “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. Também averiguamos as teses e as dissertações nos repositórios das universidades brasileiras, bem como, realizamos pesquisa de dados secundários no site do IBGE e demais instituições e, leitura de legislações associadas ao tema de pesquisa.



Parte significativa do levantamento, se deu por meio dos indicadores brasileiros dos ODS no site do Governo Federal. Após o levantamento do material e de sua organização, organizamos uma matriz analítica dos temas principais tomados aqui como palavras-chaves para pesquisa. Por fim, o levantamento e análise de documentos e legislações foram realizados, entre o acervo, apontamos os relatórios da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) como fontes fundamentais para alcance dos objetivos preteridos.

Portanto, conhecer na atualidade sobre o funcionamento desses modelos de produção e abastecimento alimentar hegemônicos e suas principais limitações, é fundamental no âmbito acadêmico, político e social para se pensar em propostas alternativas que possam colaborar para alcançar os ODS e assim garantir caminhos mais efetivos para se melhorar a SAN nas principais metrópoles brasileiras.

OS MODELOS HEGEMÔNICOS E ALTERNATIVOS DA PRODUÇÃO AO ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Para Guimarães e Marinho (2017, p.2), “a Geografia da alimentação é todo o percurso do alimento até chegar ao seu destino. Constitui-se então no circuito espacial da produção, transporte, armazenamento até a comercialização”. Mais do que isso, embora a área da alimentação possa ser estudada por diferentes ciências, sob a perspectiva da Geografia da alimentação buscamos: observar, vivenciar, descrever, refletir criticamente sobre o papel da alimentação relacionado ao desenvolvimento da sociedade, as suas influências na organização do espaço, as representações simbólicas, culturais e hábitos alimentares, além de abordar também os aspectos políticos e econômicos que envolvem a questão.

A produção de alimentos ocupa espaço de prioridade na lista de preocupações das sociedades do mundo todo e é, sem sombra de dúvidas, tema de interesse direto da Geografia. Há algum tempo a Geografia estuda como o modelo de produção agrícola hegemônico no Brasil, se configurou baseado na modernização agrícola. Conforme Almeida (2016) ele estava pautado no viés ideológico do agronegócio, e estabelece-se em torno das décadas de 1960 e 1970, quando os interesses da produção agrícola se



subordinavam aos das elites agrárias do meio rural brasileiro. Mais recentemente, este modelo impulsiona a economia brasileira a uma submissão ao modelo de acumulação em que sua internacionalização, a partir da década de 1990, incrementa-se pelo capital financeiro (ALMEIDA, 2016, p. 127).

Algumas características marcantes do modelo de produção agrícola hegemônica no Brasil são apontadas por Almeida (2016) como: a alta concentração de terra em latifúndios, o fenômeno da Revolução Verde promotor de uma modernização conservadora, o uso de insumos químicos, a produção agrícola com base na monocultura e dos alimentos do tipo *commodities* para exportação no Brasil (após a crise de 2008, houve um significativo aumento da área plantada de *commodities* e a redução da produção dos principais produtos básicos), a perda de biodiversidade e a contaminação das sementes crioulas de milho (pelas sementes transgênicas), o aumento do desmatamento, o crescimento dos conflitos no campo e a grilagem de terras (ALMEIDA, 2016; PORTO E GRISA, 2020).

São vários os autores que apontam em suas pesquisas para a insustentabilidade desse modelo de financeirização da agricultura, em virtude de suas consequências graves ao meio ambiente, refletindo-se, certamente, em uma verdadeira crise socioambiental e na dependência de preços voláteis das *commodities*. Esta crise tem sido amplamente debatida e criticada, mas conforme Petersen (2009) sua hegemonia

se mantém graças à obstinada resistência a transformações por parte da aliança de elites agrárias, agroindustriais e financeiras reunidas em torno do agronegócio, assim como à sua influência decisiva sobre a concepção de legislações e políticas executadas nacional e internacionalmente (PETERSEN, 2009, p. 10).

O agronegócio globalizado é um conjunto de atividades em rede e ocorrem de forma totalmente interligada e multiescalar. Inclui a adoção de pacotes tecnológicos para o aumento da produtividade e da produção e diversas outras características como sementes modificadas, uso de agrotóxicos, serviços de pesquisa, financiamentos etc. (ELIAS, 2020; VENTURA, 2020). Como propostas alternativas que se interligam e ao mesmo tempo se contrapõem a este modelo hegemônico de produção, podemos destacar a agricultura familiar campesina pautada na gestão da propriedade e no trabalho em



maior parte com vínculo de parentesco, tendo a família na centralidade da construção do seu patrimônio (WANDERLEY, 2009, p. 40).

As propostas contrárias ao modelo hegemônico, estão baseadas nos princípios da agroecologia, entendida aqui como “um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas, que com o tempo, foram descolonizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura” (LEFF, 2002, p.43). Do mesmo modo, é válido mencionar as experiências em permacultura definidas resumidamente como “uma síntese das práticas agrícolas tradicionais com ideias inovadoras que une o conhecimento secular às descobertas da ciência moderna”(SOARES, 1998, p.4) e que proporciona um desenvolvimento integrado da propriedade rural de forma viável e segura para o agricultor familiar e também iniciativas voltadas para a agricultura urbana e periurbana que promovem a difusão de hortas comunitárias e quintais produtivos .

Os modelos alternativos de produção apresentam como características: i) na agricultura familiar campesina: os traços comuns no modo de vida são pautados nos laços familiares e relações de vizinhança com uso de pequenas propriedades e policultura; ii) na agroecologia são: uma agricultura ambientalmente sustentável com uso dos saberes tradicionais e a experimentação de novas tecnologias e metodologias com o manejo ecológico dos recursos naturais; iii) na permacultura: uma agricultura permanente (sustentável) que evoluiu para uma de cultura permanente (sustentável).

Quanto a conexão entre produção e consumidor, nos parece que somente aquela realizada pelos atores partícipes do circuito superior faz parte do projeto nacional. Para conectar a produção ao consumidor, configurou-se um modelo de abastecimento alimentar no Brasil baseado no padrão imposto por atores hegemônicos como as grandes agroindústrias e/ou indústrias alimentares multinacionais. Atualmente, este modelo de abastecimento alimentar “é globalizado, ou seja, busca padronização de produção, processamento, comercialização, consumo e acesso entre os países” (PEREIRA, 2017, p.11).

No Brasil o modelo de abastecimento alimentar se desenvolveu, conforme Porto e Grisa (2020), com poucas estratégias efetivas e ações políticas e governamentais, que ao longo da história, não se apresentaram como preocupações constantes do Estado



brasileiro. Um marco histórico para políticas de ações de abastecimento alimentar ocorre principalmente nas décadas de 1960 e 1970 com a criação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), das Centrais de Abastecimento (CEASAs) e outros órgãos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Merecem ser vistas ainda, as políticas de crédito rural que tinham como objetivo regular o abastecimento alimentar por meio do aumento da produção, da ampliação da capacidade de armazenagem, diversificação, comercialização e promoção do acesso aos alimentos.

As principais características do modelo de abastecimento hegemônico se apresentam da seguinte maneira: i) uma logística de distribuição voltada principalmente para os circuitos longos de produtos agrícolas, produtoras de desperdício de alimentos e alto valor agregado aos produtos ii) seus principais equipamentos de abastecimento são CEASAs, Mercados, Redes de Supermercados iii) os meios de distribuição elementares no Brasil utilizam caminhões, trens, navios contribuindo para o consumo de derivados do petróleo e priorizam os aspectos mercadológicos da produção e do consumo.

Por outro lado, para atender ao abastecimento alimentar de maneira alternativa Darolt (2012) e Guzzatti et al. (2014) destacam a necessidade de se estimular uma das suas etapas fundamentais, qual seja a distribuição, a partir, sobretudo, da ideia de circuitos curtos. Nesse modelo, basicamente, os alimentos saem da produção da maneira mais direta possível para o consumidor. Isso acontece com iniciativas de fortalecimento de *local foods* e *sustainable foods* com base na agricultura familiar campesina que fornece seus produtos para as feiras, cestas de produtos agrícolas por entregas em domicílio, bem como no aumento de iniciativas de agricultura urbana nas metrópoles, por meio das hortas urbanas e quintais produtivos capazes de reduzir as distâncias de acesso aos alimentos (BRAZ; DE BRITTO PEREIRA, 2018)

Como base de orientação de um modelo alternativo de abastecimento temos as propostas capazes de materializar uma produção, distribuição e consumo sustentáveis e possibilitar o acesso de alimentos adequados e saudáveis utilizando os circuitos curtos de distribuição, onde basicamente os alimentos saem da produção de maneira mais direta possível para o consumidor. Isso acontece por meio do fortalecimento de iniciativas voltadas para a valorização da agricultura familiar campesina apta a fornecer seus produtos para as feiras, cestas de produtos agrícolas por entregas em domicílio, as



quais tiveram significativo aumento durante a pandemia, e o aumento de iniciativas de agricultura urbana nas metrópoles, por meio das hortas urbanas e quintais produtivos reduzindo as distâncias de acesso aos alimentos.

As principais características desse modelo alternativo de abastecimento seriam: i) uma distribuição dos alimentos a percorrer curtas distâncias; ii) a priorização do consumo de alimentos saudáveis, nutritivos e frescos visto que reduzem o desperdício de alimentos e o seu tempo de conservação e maturação; iii) os principais equipamento de abastecimento são as feiras, os pequenos mercados, casas de frutas, legumes e hortaliças nos bairros, e/ou os produtos são distribuídos diretamente das hortas urbanas, por vendedores ambulantes, e quintais produtivos por meio de cestas aos consumidores.

Diante do exposto, reafirmamos o grande desafio para o Brasil cumprir a agenda de 2030 e os ODS, visto que os sistemas de abastecimento alimentar apresentam inúmeros obstáculos como as iniciativas de privatização das CEASAs, a busca pela garantia de produtos, os preços e serviços de qualidade aos consumidores, as transações dos alimentos em estruturas e ambientes limpos e seguros etc. (BELIK, CUNHA, 2018). Tudo isto ocorre quando a produtividade da agricultura brasileira se apoia ainda e em grande parte, na destruição dos ecossistemas essenciais, na condição de ser um dos maiores países consumidores de agrotóxicos do mundo, afetando a qualidade da alimentação e conseqüentemente da saúde da população. Nesse sentido, os caminhos para alcançar os ODS reforçam a busca pelo fortalecimento de modelos alternativos primando pelo bem-estar coletivo e a segurança alimentar e nutricional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia Covid - 19 teve um impacto direto na alimentação dos brasileiros. Vivenciamos no Brasil um cenário atual onde os segmentos da produção e do abastecimento alimentar foram diretamente afetados com a pandemia de Covid - 19 que também se apresenta como um fator agravante dos inúmeros desafios para o cumprimento da agenda 2030. No Brasil, um dos principais impactos do cenário pandêmico relacionados à alimentação foi o agravamento da fome e insegurança alimentar e nutricional comprometendo o Direito Humano e Alimentação Adequada (DHAA), explicitando ainda mais as desigualdades sociais. Os motivos para que isso



ocorresse são os mais variados possíveis, incluindo: a redução da renda, quebra das redes de comercialização da agricultura familiar, suspensão de feiras, desemprego, aumento do preço dos alimentos, substituição e redução de alimentos saudáveis básicos (frutas, legumes, hortaliças, cereais, carne etc.) por alimentos ultraprocessados mais baratos ou a exclusão dele por impossibilidade financeira de adquiri-los. (SILVA FILHO; GOMES JÚNIOR, 2020)

Para compreender o valor da Agenda 2030 para se alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável, selecionamos quatro objetivos que melhor se relacionam com a temática da pesquisa, seriam eles: 1. Erradicação da pobreza tendo como principal meta “até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC\$ 3,20 per capita por dia”; 2. Fome zero e agricultura sustentável, tendo como principal meta até 2030, erradicar as formas de má-nutrição relacionadas à desnutrição e reduzir a obesidade e garantir a segurança alimentar e nutricional. Como parte desse objetivo, até 2030, deve-se aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, visando tanto à produção de autoconsumo e garantia da reprodução social; 11. Cidades e comunidades sustentáveis, apresentando como principal meta “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”; e 13. Consumo e produção responsáveis possuindo a meta de assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis incluindo a gestão dos recursos naturais e a diminuição do desperdício de alimentos. Na busca pelo cumprimento dessas metas se apresentam os inúmeros desafios representados pelo atual modelo hegemônico.

Os autores Porto e Grisa (2020) e Silva Filho e Gomes Júnior (2020) realizaram um debate recente sobre os principais desafios ligados ao escoamento da produção do abastecimento e nos apontam que eles foram ampliados pelas medidas de isolamento social que ocasionaram dificuldades logísticas para transporte terrestre, fluvial, aéreo e de cabotagem; fechamento de lanchonetes e de restaurantes; e novas rotinas de logística, comercialização nos supermercados e nas feiras. Além do mais, as mudanças tanto para as exportações de *commodities* quanto para produção da agricultura familiar agravaram a insegurança alimentar no país e todos esses fatores não corroboram para o andamento das metas dos ODS.

Conforme Torrens (2021), as preocupações a respeito dos efeitos da atual pandemia sobre o funcionamento dos Sistemas Agroalimentares e do abastecimento



alimentar sugerem a necessidade de uma avaliação profunda destes arranjos econômicos hegemônicos. Uma reflexão sobre as características dos modelos hegemônicos e alternativos de produção e de abastecimento alimentar é indispensável, de modo a apresentar seus principais problemas e desafios no Brasil. Entendemos como principais pontos de discussão: i) os desafios para alcançar as metas dos ODS no Brasil; ii) a necessidade de fortalecimento dos modelos alternativos de produção agrícola e abastecimento alimentar.

Os desafios para alcançar as metas dos ODS no Brasil

Alguns dos principais desafios da internalização da agenda 2030 e dos ODS no Brasil seriam sensibilizar os atores diretamente envolvidos na questão alimentar, implantar governança, adequar as metas globais e definir os indicadores nacionais (IPEA, 2018). Além disso, a Agenda 2030 reconhece que o objetivo 1 erradicação da pobreza, em todas as suas formas, é o maior desafio global a enfrentarmos para atingirmos o desenvolvimento sustentável. Este objetivo apresenta como principal meta “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” e com os efeitos da Pandemia, esse objetivo tem ficado cada vez mais difícil de ser alcançado.

Pesquisas recentes apontam que as famílias brasileiras de alguma forma tiveram que reduzir seu consumo de alimentos pela metade, excluindo alimentos que tiveram alta nos preços devido ao impacto do isolamento social modificador da distribuição e do acesso desses alimentos. Antes da Pandemia, mais de 10 milhões de pessoas viviam em condições de insegurança alimentar (IBGE, 2018), de acordo com Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid - 19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar esse número atualmente saltou para 19,1 milhões de brasileiros que passam fome efetivamente. (VIGISAN, 2021).

Segundo Ventura et al. (2020) um ponto bastante sério para as discussões acadêmicas é a importante mudança do papel que o Estado brasileiro nos foros internacionais relacionados à saúde e ao meio ambiente, pois se percebe claramente uma significativa perda de liderança no que se refere à implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Um dos motivos apontados pelos autores é que



a nova correlação de forças no Executivo Federal, resistente à abordagem da questão climática, e o apoio político às práticas agrícolas predatórias também devem agravar esse cenário, tornando ainda mais importantes os estudos críticos sobre o futuro da implantação da Agenda 2030. Nesse sentido, o Brasil passa a integrar uma aliança internacional com potencial particularmente nocivo à saúde das populações menos favorecidas do mundo e ao meio ambiente (VENTURA et al. 2020, p.3).

Além da erradicação da fome, identificamos como alguns dos obstáculos para alcançar os ODS relacionados ao modelo hegemônico de produção seriam: as mudanças climáticas, o desmatamento, a degradação do solo, a emissão de gases do efeito estufa, a homogeneização das sementes, o uso de agrotóxicos, o aumento da existência de alimentos geneticamente modificados, a pouca oferta de alimentos saudáveis, nutritivos e frescos de produção local (ELIAS, 2020; DA COSTA PROENÇA et al., 2021).

O modelo de produção hegemônico, embora pela sua grande produtividade seja capaz de responder aos grandes contingentes populacionais em aglomerações urbanas, apresenta inúmeros desafios em garantir o cumprimento da agenda de 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, pois priorizam o lucro das exportações e apoia-se em um amplo processo de destruição dos ecossistemas. Assim como, “o sistema de abastecimento alimentar brasileiro não tem dado sinais de desabastecimento generalizado de produtos, mas a assimetria entre os rendimentos e os preços praticados reforçará uma situação de insegurança alimentar” (SILVA FILHO, GOMES JÚNIOR, 2020, p.2).

Os principais desafios que atrasam o desenvolvimento e cumprimento dos ODS relacionados ao modelo de abastecimento hegemônico identificados foram o desperdício de alimentos, a emissão de gases que contribuem para efeito estufa devido ao uso do petróleo e derivados no transporte dos alimentos, o aumento dos preços dos alimentos, a ineficácia das operações nos equipamentos de abastecimento com problemas na estrutura e logística e a desarticulação entre produtores e consumidores com a restrição de renda ao acesso dos alimentos *in natura* (BELIK, CUNHA, 2018; PORTO, GRISA, 2020; DA COSTA PROENÇA et al., 2021).

Em contraposição a esse modelo podemos pensar na agricultura familiar campesina, na agroecologia, na permacultura, e em práticas de agricultura urbana que se apresentam como iniciativas que podem fortalecer a construção de mercados e abastecimento alimentar que priorizem os circuitos curtos de comercialização e a



aproximação entre consumidores e produtores facilitando o acesso a produtos saudáveis, nutritivos e frescos. Silva Filho e Gomes Júnior apresentam como um dos possíveis caminhos para alcançar a solução para esses problemas estruturais a partir da seguinte perspectiva:

que só serão solucionados a partir da construção de um sistema alimentar que privilegie as dimensões da soberania e segurança alimentar e nutricional; que reforce as formas tradicionais e as novas formas de abastecimento e comercialização; e que promova uma reeducação alimentar dos comensais em todas as dimensões do comer (SILVA FILHO; GOMES JÚNIOR, 2020, p. 2)

Diante desses desafios é preciso pensar em modelos de sistemas agroalimentares mais sustentáveis que se contrapõe frontalmente aos sistemas dominantes e observam alguns pilares como: a diversificação dos padrões e consumo alimentar, qualidade nutritiva, sustentabilidade da produção, resiliência das mudanças climáticas, inclusão e autonomia da agricultura familiar, territorialização e valorização local, organização e perspectiva sistêmica (TORRENS, 2021)

Ao analisarmos de maneira comparativa é possível perceber que os modelos de produção e de abastecimento alimentar discutidos neste estudo, apresentam inúmeros reveses, problemas e limitações, em especial para as metrópoles brasileiras. O modelo atual e hegemônico contribui para uma crise no sistema agroalimentar e demonstram o esgotamento do neoliberalismo na manutenção da vida e da alimentação, “colocando em xeque a comida/mercadoria, cada vez mais cara, globalizada e ultraprocessada” (SILVA FILHO, GOMES JÚNIOR, 2020, p.3; TORRENS, 2021)

A necessidade de fortalecimento dos modelos alternativos de produção agrícola e abastecimento alimentar

As pesquisas apontam para a necessidade de tratar de novos paradigmas relacionados à produção dos alimentos, tais como a ampliação dos investimentos em *commodities* e o abastecimento alimentar das metrópoles. A pandemia Covid - 19 agravou muitos problemas no que diz respeito à alimentação das populações urbanas, tais como a ampliação do número de populações submetidas a falta de alimento.



No Brasil a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos agrícolas, gerando para 10,1 milhões pessoas trabalho e renda que ocupam 67% da população economicamente ativa nesses estabelecimentos (IBGE, 2019). Isso favorece a reflexão sobre os ODS e a busca pelo fortalecimento de modelos alternativos como aqueles que apontam para uma agricultura familiar camponesa (ALTAFIN, 2007; PLOEG, 2009; DA COSTA PROENÇA et al., 2021, TORRENS, 2021).

Outros apontamentos necessários seriam em direção a iniciativas relacionadas à agricultura urbana e periurbana, agroecologia e permacultura e que priorizem circuitos curtos da produção ao abastecimento dos alimentos (DAROLT, 2012; GUZZATTI et al., 2014). Isto porque “é de suma importância fornecer apoio aos diferentes instrumentos de promoção das cadeias curtas, seja pelas contribuições em termos de segurança alimentar e nutricional, seja pelas oportunidades ambientais, sociais, identitárias e de desenvolvimento territorial que aportam” (PORTO; GRISA, 2020)

Sendo assim, os modelos alternativos podem contribuir de maneira bastante efetiva para a erradicação da pobreza, o fim da fome, a promoção de uma agricultura sustentável, a segurança alimentar, a melhoria da nutrição, tudo isso de modo a pensar as cidades e comunidades de maneira mais sustentáveis e o consumo e a produção responsáveis. Eles colaboram para perspectivas agroecológicas e de economia solidária e para a construção dos mercados de abastecimento, reconhecendo o papel da agricultura familiar camponesa e priorizando os circuitos curtos de comercialização (DUBEUX e BATISTA, 2017, p. 242; SILVA FILHO; GOMES JÚNIOR, 2020; CEPAL, 2018).

Nesse contexto, ampliar as pesquisas e iniciativas relacionadas aos modelos alternativos enfatizando a agricultura familiar camponesa, as práticas de agricultura urbana, agroecologia e permacultura nos trazem a possibilidade de implantação de mudanças significativas tanto na produção e diversidade alimentícia e qualidade nutritiva, quanto no padrão de abastecimento e consumo, e ainda a busca pelo fortalecimento da soberania alimentar dos povos, pontos essenciais para o cumprimento da Agenda 2030.

Para Porto e Grisa (2020) diferentemente de medidas no Brasil que visam, principalmente, bater novos recordes na produção agropecuária e na balança comercial brasileira e da livre circulação dos produtos das cadeias globais de valor, eles defendem,



a necessidade de políticas nacionais, estaduais e municipais que deem conta das necessidades urgentes dos territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou demonstrar a importância dos modelos de produção e de abastecimento alimentar alternativos, sobretudo para que metrópoles brasileiras possam alcançar os ODS. Num Primeiro momento, refletimos sobre modelos considerados hegemônicos e alternativos, suas definições e principais características, processos e agentes e sujeitos envolvidos no seu desenvolvimento, a partir de estudos que nos permitiram arriscar uma comparação entre ambos.

No segundo momento, elaboramos uma breve contextualização sobre o panorama da produção e do abastecimento alimentar no contexto da pandemia de Covid - 19 e sobre a importância dos modelos alternativos e da agenda de 2030 para se alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável. Para isso selecionamos quatro objetivos que melhor se relacionam com a temática da pesquisa: 1 Erradicação da pobreza; 2 Fome zero e agricultura sustentável; 11 Cidades e comunidades sustentáveis; e 13 Consumo e produção responsáveis. Por fim, apresentamos os principais desafios, problemas e limitações para cumprimento dos ODS e a melhoria da SAN no Brasil, relacionados aos modelos hegemônicos e alternativos da produção e abastecimento alimentar.

Entendemos a necessidade de fortalecer alternativas aos modelos de produção e abastecimento hegemônicos e assim colaborar de maneira efetiva para garantir a SAN, a Soberania Alimentar e o fortalecimento da Agricultura Familiar Campesina que abastece as populações nacionais, sobretudo das grandes metrópoles brasileiras. Além de se priorizar a dependência das exportações que deixa o país refém dos altos e baixos ciclos globais, esses modelos precisam ser alinhados em garantir o cumprimento da agenda de 2030 dos ODS garantindo mais autonomia e soberania alimentar as suas populações.

Os estudos analisados neste trabalho apontam para novos paradigmas relacionados a produção dos alimentos do tipo *commodities* e abastecimento alimentar das metrópoles e apontam a pandemia Covid - 19 como uma das consequências do agravamento da fome das populações. As pesquisas direcionam um olhar especial sobre



os ODS e a busca pelo fortalecimento de modelos alternativos para contribuir de maneira mais efetiva para a erradicação da pobreza, da fome e de uma agricultura sustentável para pensar as cidades e comunidades de maneira cada vez mais sustentáveis e o consumo e produção responsáveis.

REFERÊNCIAS

- ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **Brasília: CDS/UnB**, p. 1-23, 2007. Disponível em: <<http://www.enfoc.org.br/bibliotecas/index>> Acesso em: 10 mai. 2021.
- ALMEIDA, D.A.O. **Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**. 2016. 438f. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- BRAZ, M. I.; DE BRITTO PEREIRA, M. C.. Circuitos Alimentares De Proximidade: Conceitos, Definição E Práticas. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 35, n. 3, 2018.
- BELIK, W. CUNHA, A. **Equipamentos Públicos de Abastecimento Alimentar no Brasil: trajetórias e desafios**. In: Abastecimento alimentar e mercados institucionais. / Org. Julian Perez-Cassarino ... [et al]. -- Chapecó: Ed. UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV, 2018. – 322 p.
- BEZERRA, I., PAULA, N. F. Sistemas Alimentares Sustentáveis E Saudáveis: Diálogos E Convergências Possíveis. **Revista Faz Ciência**, v. 23, n. 37, p. 12-33.
- BURLANDY, L.; MALUF, R. **Soberania Alimentar**. In: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil: Indicadores e Monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: CONSEA, 2010.
- CEPAL. **Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible: una oportunidad para América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL, 2018. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40155/24/S1801141_es.pdf> Acesso em: 29 mai. 2021.
- DA COSTA PROENÇA, R. P. et al. Cenário e perspectivas do sistema alimentar brasileiro frente à pandemia de Covid-19. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1731/2761>> Acesso em: 22 mai. 2021.



FERREIRA, Jaqueline et al. A produção de alimentos nas metrópoles brasileiras. **POLICY**, n. 4, 2020. Disponível em: < https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/2020/10/PB_04_Aproducao_de_alimentos_nas_metropoles_brasileiras_out2020.pdf> Acesso em: 20 mar 2021.

GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, Carlos A. C.; TURNES, V. A.. Novas relações entre agricultores familiares e consumidores: perspectivas recentes no Brasil e na França. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 3, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos** [Internet]. Rio de Janeiro; 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf Acesso em: 30 out 2021.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan./mar. 2002. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABQigAI/agroecologia-saber-ambiental>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

PETERSEN, Paulo et al. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. ASPTA–Agricultura Familiar e Agroecologia, 2009. Disponível em:< http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/373/ASPTA_agricultura_familiar_camponesa_constru%E7%E3o_futuro.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 mai. 2021.

PEREIRA, D. S. **Aspectos ambientais, sociais e de saúde das políticas e propostas de abastecimento alimentar no Brasil**. 2017. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2017.

PLOEG, J. D.V. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *In*: PETERSEN, Paulo (Org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro:ASPTA, 2009, p. 17-31.

PORTO, S. I., GRISA, C. Abastecimento alimentar e prioridades políticas na pandemia da covid-19. **Teoria e Debate**. Edição 195. 2020. Disponível em:< <https://teoriaedebate.org.br/2020/04/14/abastecimento-alimentar-e-prioridades-politicas-na-pandemia-da-covid-19/>> Acesso em: 22 mai. 2021.

SILVA FILHO, O. J. da; GOMES JÚNIOR, N. N. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00095220, 2020.



SOARES, A. L. J. Conceitos básicos sobre permacultura. **Brasília: MA/SDR/PNFC**, v. 53, 1998. Disponível

em:<https://permacoletivo.files.wordpress.com/2008/05/conceitos_basicos_permacultura.pdf> Acesso em: 25 mai. 2021.

TORRENS, João Carlos Sampaio. Sistemas Agroalimentares. **P2P E INOVAÇÃO**, v. 7, p. 192-211, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21721/p2p.2020v7n1.p192-21>

VENTURA, Deisy de Freitas Lima et al. Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00040620, 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O agricultor familiar no Brasil: um ator social construção do futuro. *In*: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 33-46.